

ISA
centro de trabalho
INDIGENISTA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Data

___/___/___

Cod.

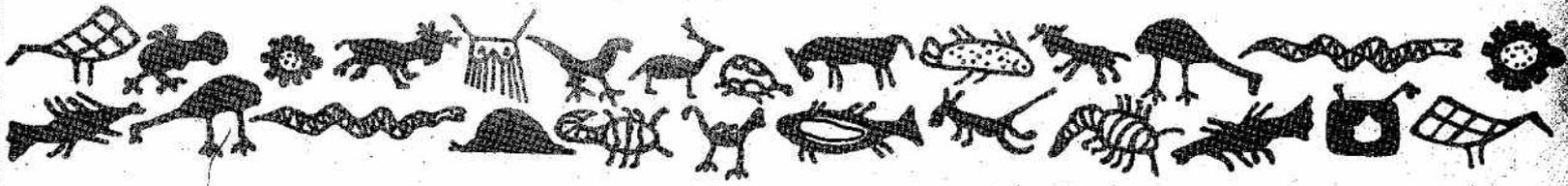
SMD00035

rua fidalga , 548 · sala 13
05432 · são paulo · brasil

RELATO DO PROCESSO DE LUTA DOS SATERÊ-MAWÊ
CONTRA A ELF-AQUITAINÉ, E DO ENCAMINHAMENTO DADO
A INDENIZAÇÃO RECEBIDA

SÔNIA DA SILVA LORENZ

1985



A QUESTÃO ELF-AQUITAINE / SATERÉ-MAWÉ NO

CONTEXTO DA POLÍTICA BRASILEIRA

Sylvia Caiuby Novaes

A luta dos Sateré-Mawé pela obtenção da indenização em virtude dos estragos causados pela Elf-Aquitaine em seu território, e a própria estratégia de encaminhamento desta luta não são fatos isolados. Eles se situam no contexto mais amplo de "abertura", democratização e participação da sociedade brasileira como um todo nos problemas que a afetam.

Como é sabido, em 1964 as forças militares assumiram o poder no Brasil, dando início a um processo de autoritarismo e repressão que amordaçou por muito tempo as vozes que procuravam reivindicar interesses e direitos legítimos. Houve um empobrecimento ainda maior das camadas mais baixas da população e da própria classe média, que teve seus salários "achatados" a fim de se "combater a inflação". Obras faraônicas, como a Transamazônica, hidroelétricas, projetos de mineração, colonização e pesquisa de petróleo, a ponto Rio-Niterói, etc., levaram a um endividamento externo que superou todos os recordes conhecidos. Vários destes projetos foram feitos mediante contratos de risco com as estatais brasileiras, como é o caso da exploração petrolífera.

As sociedades indígenas não saíram ilesas deste período. I números territórios indígenas foram atravessados por rodovias (cujo planejamento de traçado ignorava a existência destes territórios) que não lhes trouxeram nenhum benefício, muito pelo contrário; vide, por exemplo, o caso dos Sateré-Mawé. Populações indígenas inteiras tiveram que ser transferidas para outro lo



cal, uma vez que seus territórios foram inundados pela construção de açudes e represas monumentais (vide o caso dos índios Pa-rakanã). Várias sociedades indígenas tiveram que conviver com garimpeiros, e empresas em busca de minérios ou petróleo em seu sub-solo, como foi, especificamente, o caso dos Saterê-Mawê, entre vários outros.

Os prejuízos de todo este aparente progresso — o "milagre brasileiro", como ficou conhecido — são incalculáveis. Como era de se esperar, poucos se beneficiaram com esse desenvolvimento.

As terras indígenas passaram, com o avanço da sociedade capitalista, a ser cada vez mais cobiçadas. Elas significavam o último reduto, principalmente na Amazônia, ainda não explorada pelo sistema. (Vide a este respeito a obra de Shelton Davis — As vítimas do milagre.)

Qual a atitude do governo brasileiro frente a essa ameaça constante que o desenvolvimentismo representava para as sociedades indígenas situadas em território nacional? Esta pergunta nos remete imediatamente à questão da política indigenista oficial do Brasil.

No Brasil a política indigenista apoia-se em dois princípios básicos, mutuamente exclusivos e contraditórios.

Estes dois princípios refletem a característica básica que dá a tônica para a relação entre os índios e o Estado: a ambigüidade. Ou seja, por um lado o Estado reconhece os índios como ocupantes originais do país e procura, através da tutela que exerce sobre estes povos, assegurar os legítimos direitos das sociedades indígenas. Por outro lado os índios constituem sempre um obstáculo aos interesses privados, representados no próprio Estado, e que estão empenhados na realização de projetos de ex



ploração e desenvolvimento econômico.

Esta ambigüidade cria uma contradição que tem sido uma constante para as sociedades indígenas, isto é, o Estado formalmente reconhece os direitos indígenas e permite, na prática (através da sua omissão ou da criação de decretos especiais) o seu desrespeito sistemático.

O órgão oficial de execução da política indigenista oficial é a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), criada em 1967 e que está, por sua vez, subordinada ao Ministério do Interior.

Em cada aldeia há um Posto Indígena (P.I.) cabendo ao chefe do posto intermediar as relações entre os índios e a FUNAI e executar a política indigenista oficial junto aos índios. Efetivamente o chefe de posto atua (salvo raras exceções) pela cooperação de alguns líderes da comunidade. Através da concessão de favores especiais a estes líderes o chefe de posto pode manipular a comunidade de acordo com seus interesses pessoais ou do órgão oficial que ele representa (e que não coincidem, necessariamente, com os interesses indígenas). Este é o caso específico dos Sateré-Mawé e de vários outros grupos indígenas onde a FUNAI atua.

A partir de 1980, com o governo Figueiredo, inicia-se o processo já mencionado de "abertura política", paralelamente a uma maior participação da sociedade civil. Nos grandes centros urbanos são criadas sociedades de apoio a luta indígena — é o caso do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), ligado a Igreja Católica, das várias regionais da ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), das CPI (Comissão Pró-Índio) e do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), entidade que procurou apoiar, entre outras, a luta dos Sateré-Mawé pela indenização.

Nesta mudança no cenário político do país os índios puderam fazer novos aliados, entre pessoas que não estavam direta



mente ligadas a política indigenista e que tinham uma visão crítica a respeito da atuação do governo frente às populações indígenas. Estas entidades desempenharam um papel importante no apoio que puderam prestar às sociedades indígenas no seu processo de resistência aos avanços da sociedade nacional capitalista.

Durante muito tempo, quando apareciam nos jornais brasileiros notícias sobre as sociedades indígenas, elas sempre se localizavam nas seções de problemas ecológicos; ao lado da devastação da fauna e da flora do país, noticiava-se a extinção de alguma sociedade indígena, o último remanescente de uma tribo atingida, ou ainda os efeitos maléficos que teriam acometido uma tribo numa destas regiões ainda isoladas do país.

A partir de 1980 as notícias a respeito dos índios passaram para as páginas de política nacional, ao lado de notícias sobre o movimento de organização dos posseiros, a greve dos "bóias-frias" (trabalhadores rurais sem vínculo empregatício), movimentos sociais de periferia nas grandes cidades. Data desta época a criação da UNI (União das Nações Indígenas), entidade formada exclusivamente por índios, na defesa de seus direitos.

Neste sentido, o movimento dos Saterê-Mawê e as estratégias deste movimento, apesar de suas características específicas, só podem ser compreendidos neste contexto mais amplo da sociedade brasileira.

Uma das grandes bandeiras do movimento indígena hoje é a luta pela autonomia e autodeterminação, o que certamente só poderá ser alcançado se se tem como retaguarda um mínimo de auto-suficiência econômica, que garanta a satisfação das inúmeras necessidades criadas pelo contato. Os Saterê-Mawê, por exemplo, estão em contato com a sociedade nacional há mais de 300 anos e hoje não prescindem de mercadorias industrializadas.



Qual, então, o papel desta luta pela indenização neste processo de busca de autonomia e autodeterminação?

Sabemos, por outro lado, que as práticas culturais tradicionais podem muitas vezes ser retomadas, tendo em vista a afirmação de uma identidade cultural diferenciada por parte do grupo. Isto, no entanto, só é possível se o grupo tiver sua auto-suficiência econômica garantida. E são exatamente estas as premissas que norteiam os trabalhos de apoio desenvolvidos pelo Centro de Trabalho Indigenista.



RELATO DO PROCESSO DE LUTA DOS SATERÊ-MAWÊ

CONTRA A ELF-AQUITAINE, E DO ENCAMINHAMENTO DADO

À INDENIZAÇÃO RECEBIDA

Sônia da Silva Lorenz
1985

Em 1981 e 1982 a Elf-Aquitaine invadiu o território Saterê-Mawê. "Entraram como ladrão pela janela, sem bater na porta e perguntar para o dono se podiam entrar". Com essas palavras o Tuxáua Geral dos Saterê-Mawê, Emílio, expressou seus sentimentos com relação às invasões.

A Braselfa, subsidiária da Elf-Aquitaine no Brasil e a CBG - Companhia Brasileira de Geofísica, contratada pela Elf, operaram nas áreas do rio Andirá e na cabeceira do rio Marau, efetuando levantamento sismográfico. A Elf trabalhou resguardada por um "contrato de risco" com a Petrobrás.

Na primeira invasão, em agosto de 1981, foram abertos cerca de 200 km de picadas, e clareiras para pouso de helicóptero. Além das explosões com cargas de dinamite enterradas nas picadas, causando pânico nas aldeias e matando e afugentando a caça da região, foram levados para entreter a equipe de trabalhadores, bebidas alcoólicas e filmes pornográficos.

Os Tuxáuas Saterê-Mawê se revoltaram contra as Companhias invasoras, mobilizaram-se nas aldeias do rio Andirá e viajaram para Manaus para denunciar o ocorrido. Os Tuxáuas Gerais, Emílio e Donato, e o Capitão Dico, junto com o CTI - Centro de Tra



balho Indigenista, com o grupo Kukuro de Apoio à Luta Indígena e com o CIMI NORTE I - Conselho Missionário Indigenista, iniciaram uma Campanha junto à Imprensa e às Escolas, no sentido de sensibilizar a opinião pública sobre o transtorno que a invasão da Elf estava causando ao seu patrimônio natural e cultural, buscando apoio para sua luta.

O Centro de Trabalho Indigenista - CTI — através da coordenadora do Projeto Saterê-Mawê, Sônia da Silva Lorenz, deu respaldo político e econômico durante todo o tempo em que os Saterê-Mawê estiveram mobilizados lutando contra as invasões da Elf. Seu papel foi de articulador tanto nas aldeias como na sociedade civil, discutindo com os Tuxáuas a estratégia de luta e agilizando o contato destes com os agentes externos envolvidos na questão FUNAI, Embaixada, políticos, Igreja, Imprensa, televisão, advogados, antropólogos...

Este processo de luta conjunta só foi possível graças ao estreito contato de Sônia Lorenz e Aurélio Michiles com os Saterê-Mawê, ocasionado pelo trabalho da Cantina no rio Marau.

A primeira invasão da Elf foi amplamente denunciada pela imprensa. A Elf rebateu dizendo que o problema era do Estado brasileiro, da Petrobrás e da FUNAI, e uma vez que ela possuía um "contrato de risco" queria levar seu trabalho até o fim.

A FUNAI por sua vez eximiu-se de culpa, declarando que "tudo vinha lá de cima", de Brasília. Isso não impediu que seu Delegado em Manaus fosse para a área conflitada e tomasse todas as providências para que as empresas prosseguissem seus trabalhos normalmente. Os Tuxáuas Saterê-Mawê ficaram indignados com o descaso da FUNAI, e compreenderam que ela trabalhava do lado das Companhias invasoras, fato que, aliás, deixava a Elf-Aquitaine numa situação muito cômoda.



Então, logo após a primeira invasão da Elf, já se esboçou a "guerra" que seria travada durante três anos, da primeira invasão até o recebimento da indenização, com seus agentes já delineados; alguns com o tempo mudaram de lado, como em toda "guerra". Nesse momento de um lado estavam os Sateré-Mawé, encabeçados pelos Tuxáuas Gerais Emílio e Donato, o Capitão Dico e seus aliados: CTI, entidades de apoio à luta indígena e seus advogados. No campo adversário a Elf, CBG, Petrobrás, FUNAI e uma facção dos Sateré-Mawé já historicamente subordinada à FUNAI, os "pelegos".

Parece-nos fundamental esclarecer rapidamente os motivos pelos quais os Sateré-Mawé se encontram divididos, uma vez que esse "racha" permeou a luta contra a Elf em toda sua duração. Existe uma facção dos Sateré-Mawé que se prestou a defender os interesses da Elf, devido a influência da FUNAI, desmentindo os fatos ocorridos durante esse período e desmoralizando os Tuxáuas Gerais que estavam empenhados na luta.

Há uma disputa clânica nos Sateré-Mawé que remonta à sua própria organização social e política. Antes mesmo do contato com os brancos já existia uma diferenciação no seio de sua sociedade, pois o clã Sateré se outorga o papel de fundador e legislador da sociedade, indicando sempre a chefia. Os Sateré se julgam superiores aos demais clãs, posteriores à sua existência e a ele subordinados.

Até o começo do século XX só existiam os Sateré-Mawé que seguiam seus ritos religiosos e aqueles que haviam sido catequizados pelo catolicismo. Com o aparecimento das religiões protestantes, principalmente a adventista, começou a existir uma disputa religiosa acentuada dentro desta sociedade, pois os pastores americanos compreenderam as diferenças clânicas e se detive



ram em converter o clã Saterê. Com isso incrementaram a diferença que era genuína desta sociedade Tupi, transformando-a em divisão. Os Saterê eram os melhores, eram os chefes e agora os adventistas.

O extinto SPI - Serviço de Proteção ao Índio, e a atual FUNAI, também se aproveitaram das diferenciações clânicas e da disputa religiosa para imporem seu método de trabalho, que se caracteriza fundamentalmente pelo autoritarismo, paternalismo e favoritismo, dentro da área Saterê-Mawê, Nessa tarefa foram auxiliados pelos regatões. A FUNAI jamais desenvolveu projetos econômicos/agrícolas nos Saterê-Mawê, no entanto, em todas as ocasiões que os Saterê-Mawê se levantaram contra os brancos que invadiram seu território, os chefes de posto da FUNAI imediatamente, como num passe de mágica, distribuíam presentes e dinheiro para alguns Tuxáuas, geralmente os do clã Saterê e adventistas, e com isso subordinavam os membros deste clã à sua ideologia, aumentando a divisão política e religiosa desta sociedade. A FUNAI visava obter também outro tipo de cisão: os índios "ricos" e os "pobres".

Essa estratégia — de dividir para reinar — utilizada pela Igreja, pelos comerciantes e pelo Estado brasileiro tem colhido resultados eficazes nesta sociedade e foi maximizada durante o tempo em que os Saterê-Mawê estiveram mobilizados contra as invasões da Elf.

É importante que fique claro que as divisões nos Saterê Mawê não foram causadas pelas invasões da Elf e pela disputa pelo dinheiro da indenização; as divisões foram acirradas nesse período pela FUNAI que prestava serviços para as companhias invasoras.

A FUNAI tendo "comprado" determinados Tuxáuas esperava



chefes políticos máximos de uma Nação Indígena.

Na segunda invasão, em setembro de 1982, a Elf abriu mais 144 km de picadas, e 82 clareiras, derrubando guaranazais, cafezais e uma infinidade de madeiras de lei. Os prejuízos pela segunda invasão foram avaliados pelos Saterê-Mawê em 80 milhões, e a Elf pagou-lhes 8,6 milhões.

Ao se retirarem da área a Braselfa e a CBG deixaram enterradas nas picadas inúmeras cargas de dinamites que não haviam sido detonadas. O manuseio de algumas destas cargas veio a causar a morte, por intoxicação, de quatro índios: Maria Faustina Batista, Calvino Batista, Dacinho Michiles e Lauro Freitas, todos com menos de 30 anos.

Mas os Saterê-Mawê continuavam correndo o risco de terem seu território novamente invadido pela CBG e Braselfa. Foi sob essa ameaça que os Tuxãuas Gerais decidiram, seguindo sugestão do CTI, entrar na Justiça Federal do Amazonas, juntamente com seus advogados Dalmo Dallari, Edson de Oliveira e Marco A. Barbosa, em março de 1983, com uma ação de Interdito Proibitório contra a Elf-Aquitaine e a Petrobrás. Este processo requeria do Juiz que as empresas citadas não voltassem mais a invadir e turbar sua posse.

Esgotadas as providências para sustar as invasões da Elf e exigir-lhe indenização justa pelos danos causados, a situação pouco se alterava, pois nem a Elf, nem a Petrobrás e muito menos a FUNAI se sensibilizaram em receber os índios para chegarem a um acordo quanto às suas reivindicações.

Foi pensado em revitalizar esse processo de luta, que o CTI e os Tuxãuas Gerais Saterê-Mawê convidaram a etnóloga francesa Simone Dreyfus-Gamelon para vir ao Brasil e visitar a área



indígena, onde poderia testemunhar — in loco — os estragos causados pelas duas invasões da Elf. Acreditamos que a credibilidade profissional/científica de Simone Dreyfus-Gamelon teria peso no momento em que ela relatasse o que testemunhou na área indígena para a sede da Elf-Aquitaine em Paris, para a comunidade científica, para a opinião pública francesa e para o governo socialista de Mitterand.

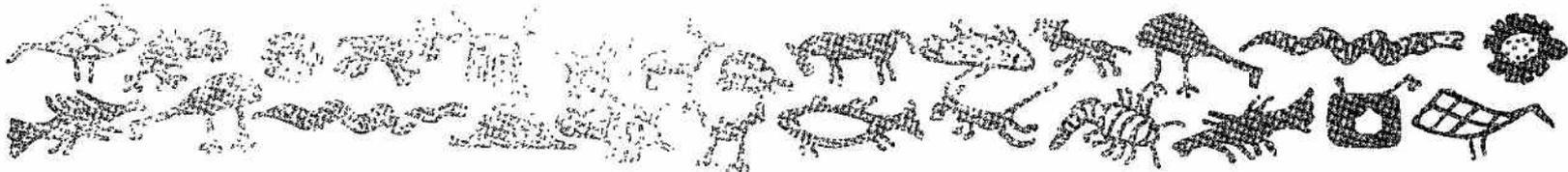
Simone Dreyfus-Gamelon visitou a área Sateré-Mawé em outubro de 83, acompanhada por Sônia da Silva Lorenz, pelo advogado Marco Antonio Barbosa e pelos Tuxãuas Gerais do Sateré-Mawé. Esteve nas aldeias do rio Andirá, nas picadas e clareiras abertas pela Elf, realizando uma perícia, como etnóloga, dos danos deixados pelas invasões.

Ficou decidido pelos integrantes da comitiva que realizou o levantamento dos danos causados pelas invasões, elaborar conjuntamente um documento com as principais reivindicações dos Sateré-Mawé para a Elf, e fazer o cálculo da indenização justa pelos prejuízos materiais.

O cálculo da indenização considerou a área total de mata derrubada, segundo o próprio mapa de trabalho da Braselfa, e baseou-se na economia e ecologia dos Sateré-Mawé. O montante orçado foi de 320 milhões.

As declarações de Simone Dreyfus-Gamelon à imprensa, após seu retorno da área indígena, tiveram grande repercussão na opinião pública, na FUNAI, na Embaixada da França e na Braselfa. Em resposta às suas declarações imediatamente a FUNAI, Petrobrás e Braselfa publicaram nos jornais matérias pagas, desmentindo tudo.

Nessa ocasião o vice-governador do Rio de Janeiro, antro



pôlogo Darcy Ribeiro, o Senador Fernando Henrique Cardoso e o então Presidente da ABA - Associação Brasileira de Antropologia - Gilberto Velho, pronunciaram-se na defesa dos direitos dos Sateré-Mawé, solidarizando-se com as posições de Simone Dreyfus-Gamelon contra as invasões da Elf.

Os Tuxáuas Sateré-Mawé e o CTI prosseguiram buscando um contato direto com as partes envolvidas nas invasões, com o intuito de resolverem, o mais breve possível, as reivindicações exigidas pelos índios das companhias agressoras, e o pagamento da indenização que lhes era devida.

O Deputado Mário Juruna esteve em Manaus junto com os chefes Sateré-Mawé, para investigar as quatro mortes por intoxicação, exigiu a retirada das dinamites abandonadas na área e o pagamento dos 320 milhões de indenização.

Simone Dreyfus-Gamelon entregou, em abril de 1984, um relatório sobre a questão Elf/Sateré-Mawé para os diretores da Elf em Paris.

Após esses fatos, o Diretor Geral da Braselfa, Sr. Didier Aubin, procurou o advogado dos Sateré-Mawé, Dalmo Dallari, tentando convencer-lhe que a indenização cobrada era exorbitante, e tranquilizando-o pois a Elf não retornaria mais a área indígena.

Dalmo Dallari mostrou ao Sr. Aubin que a questão não se resolveria enquanto a Elf não retirasse as dinamites da área, não esclarecesse as mortes e não pagasse a indenização. Atentou também para a exigência dos Tuxáuas, que a Elf resolvesse essas questões diretamente com eles, sem a intermediação da FUNAI.

O Sr. Aubin nessa época desmarcou uma reunião com a CTI,



porque foi informado pela FUNAI de que os índios estariam presentes.

No entanto, a repercussão do relatório de Simone Dreyfus-Gamelon na diretoria da Elf, e as articulações do CTI junto à sociedade civil conseguiram que a Elf retirasse as dinamites da área indígena e marcasse um encontro com os Tuxáuas Sateré-Mawé.

Esta reunião aconteceu em Manaus, em 18 de junho de 1984, com a participação de todos os Tuxáuas Sateré-Mawé, de seus advogados, do CTI, do Presidente da FUNAI Jurandir Fonseca, do Deputado Mário Juruna, da Elf, CBG e Petrobrás. As partes envolvidas não chegaram a nenhum acordo, porque a Elf se recusou a pagar os 320 milhões de indenização, propondo a quantia de 50 milhões à título de doação.

O advogado Dalmo Dallari esclareceu para o Sr. Aubin que os Tuxáuas não tinham vindo de suas aldeias para pedir esmolas, donativos. A indenização exigida era de 320 milhões, e como a Elf se recusava a pagar, ela seria cobrada judicialmente.

O Capitão Dico, líder Sateré-Mawé e o Deputado Mário Juruna foram convidados a participar da Assembléia dos Organismos não Governamentais da ONU, realizado em Genebra, no começo de agosto, onde depuseram sobre a situação indígena no Brasil.

Nas vésperas da viagem a Elf-Aquitaine propôs ao Presidente da FUNAI, Jurandir Fonseca, a quantia de 150 milhões como indenização para os Sateré-Mawé. O Presidente da FUNAI consultou os Tuxáuas Sateré-Mawé e o advogado Dalmo Dallari se eles aceitavam os 150 milhões. Os índios, a princípio, acharam a quantia baixa, mas seu advogado ponderou que se a indenização fosse cobrada judicialmente o processo ia se arrastar por muitos anos, e



eles correriam o risco de não receber os 320 milhões exigidos, pois com o tempo a mata ia se recompondo, diminuindo as provas de dano para perícia judicial. Os Tuxâuas após ouvirem o parecer de seu advogado, resolveram aceitar os 150 milhões propostos pela Elf.

Em 21 de agosto de 1984 a Elf-Aquitaine pagou 150 milhões aos Saterê-Mawê, na presença do Presidente da FUNAI, da Petrobrás, do CTI e da Imprensa.

A indenização foi depositada na Caixa Econômica em Manaus no nome de três líderes Saterê-Mawê e do Delegado da FUNAI no Amazonas.

Os Saterê-Mawê, seguindo orientação do CTI, resolveram movimentar apenas os juros apurados semestralmente, sem sacar todo o capital, aplicando esse dinheiro no compra de mercadorias, conforme decisão conjunta dos Tuxâuas. Essa resolução passou por discussões internas nos Saterê-Mawê, não sem conflitos, mas acabou vingando como a opção mais acertada, para utilização da indenização recebida, uma vez que ela funcionaria como capital inicial para criação de uma verba constante para as despesas dos Saterê-Mawê a longo prazo.

A FUNAI (chefes dos Postos Indígenas Saterê, funcionários, tanto da Delegacia de Manaus como da Sede em Brasília) influenciou os Tuxâuas "pelegos" e juntos colocaram diversos obstáculos para que essa decisão se concretizasse. Insistiam em dividir os 150 milhões igualmente entre os Tuxâuas Saterê, dar a parcela em dinheiro para cada um, seguindo o raciocínio que desta forma todos os Saterê, através dos seus Tuxâuas, teriam acesso à indenização, e assim resolveriam o "racha" interno, pois a legavam que os índios estavam divididos por causa do dinheiro.



Combatemos essa proposta junto com os demais Tuxáuas Sateré, mostrando para os Tuxáuas "pelegos" que essa idéia, à princípio muito democrática não levava a nada, deixando-os na mesma situação de dependência dos poucos recursos da FUNAI para a área. Os fizemos ver que o capital dividido, pago em dinheiro e gasto imediatamente, logo os recolocaria em situação de escassez de rancho para abertura e limpeza das roças, de combustível para seus deslocamentos, falta de recursos para manutenção dos barcos e para compra de bens de consumo duráveis, como: motores, cascos, ferramentas, etc.

Atentamos para a experiência anterior, quando estes mesmos Tuxáuas "pelegos" receberam a metade das indenizações de 5 e 8,6 milhões, pagas pela Elf, e gastaram o dinheiro integralmente na compra de rancho e quinquilharias para sua família nuclear, sem beneficiar sequer suas famílias extensas e muito menos as aldeias que lideravam.

O problema não era o dinheiro em si, mas sua utilização. O que propusemos para os Sateré é que os 150 milhões — resultado concreto de três anos de luta contra as invasões da Elf — lhes dava uma oportunidade histórica única, porque tendo seu próprio capital, diminuiria sensivelmente sua condição de dependência econômica dos brancos. A utilização desse capital como um fundo relativamente estável, porque sempre acrescido dos juros mensais, poderia gradativamente minimizar sua situação de carência diante das necessidades de sua sociedade adquirir mercadorias industrializadas, e agilizaria suas relações com a sociedade envolvente. Ter esse capital a longo prazo lhes abriria novas perspectivas políticas e econômicas, dividi-lo e gastá-lo, logo os remeteria novamente para a persistente situação de submissão aos diversos tipos de "patrões" que eles conheceram no transcorrer dos 300 anos de contato. A decisão era portanto po



lítica e não econômica.

Não bastou convencer a facção "pelega" Sateré, porque para que esta decisão fosse seguida era necessário convencer também a FUNAI, uma vez que os Sateré só podem movimentar o dinheiro na Caixa Econômica com a assinatura do tesoureiro ou Delegado da FUNAI em Manaus. Por isso nos propusemos à discutir com a Tutora a aplicação que seria dada à indenização, e ela argumentou que o dinheiro deveria ser gasto imediatamente porque ele era o causador das dismas internas, argumentação bastante irônica, uma vez que foi a própria FUNAI que maximizou o "racha" interno dos Sateré no tempo da invasão da Elf.

O CIMI também via no dinheiro "a mão do diabo". Ficou claro que não interessava nem à FUNAI e nem ao CIMI a autonomia econômica dos Sateré, porque ela implicaria numa relação política dos índios com esses "agentes externos" diversa daquela que os mesmos pretendem dos Sateré.

Como a FUNAI insistisse na idéia de gastar os 150 milhões, entramos em contato com os assessores da presidência deste órgão, e novamente explicamos que as divisões entre os índios eram de ordem tradicional, política e religiosa, anteriores ao recebimento das indenizações, portanto, não se desculpava que o dinheiro fosse gasto dessa forma. Exigimos que eles sustassem quaisquer atitudes neste sentido por parte da Delegacia de Manaus.

Parece que a curto prazo o problema ficou resolvido. No entanto, os fatos ocorridos nas duas ocasiões que os índios sacaram os juros, nos fizeram ver que era necessário continuar acompanhando estas operações, para garantir que a FUNAI, no futuro, não desse um encaminhamento para esse capital à revelia da vontade dos índios.





rua fidalga , 548 · sala 13
05432 · são paulo · brasil

19

Além deste acompanhamento, o CTI prosseguiu também asse sorando os Sateré na elaboração dos planos de aplicação do capital retirado trimestralmente. Esta assessoria determina diferentes etapas de trabalho: orientação na definição do plano de aplicação referente à cada trimestre, pesquisa dos preços das mercadorias em Manaus, compra das mercadorias junto com os índios e rediscussão deste capital no funcionamento da Cantina, nas roças e na manutenção das máquinas.

Aqui é importante salientar que ocorreu uma mudança substancial nas relações de trabalho do CTI com os Sateré, porque deixamos de financiar as compras da Cantina, uma vez que os Sateré passaram a dispor de seu próprio capital. E a tônica desta mudança, acreditamos, tem sido gratificante para ambos os lados, porque para nós, mesmo desincumbidos de pagar as mercadorias, éramos solicitados à continuar prestando-lhes assessoria, e para os índios sustentar a Cantina com seu próprio capital foi motivo de orgulho.

Em síntese, esclareceu-se que nossos laços políticos e de amizade sobressaíam-se às relações paternalistas costumeiras que os brancos desenvolvem, com as sociedades indígenas.

Seguem anexos os primeiros planos de aplicação das duas "tendências" Sateré-Mawé. O "Projeto" assinado por Raimundo Ferreira da Silva — vulgo Dico — corresponde às necessidades levantadas pelo grupo que lutou efetivamente contra a Elf, e o assinado por Roberto Ferreira Trindade ao grupo do "pelegos". Cumpre esclarecer que o plano de aplicação liderado pelos Tuxáuas que reivindicaram a indenização, beneficia um número de aldeias maior que o dos "pelegos".

Não pretendemos acompanhar a elaboração e tramitação desde



tes planos de aplicação nos valendo das diferenças ideológicas apontadas nestas duas "tendências" Sateré, porque esta postura nos levaria inevitavelmente à fortalecer a estratégia da FUNAI de "dividir para reinar". Pretendemos trabalhar com os índios no sentido de promover uma discussão crítica dos resultados concretos da aplicação deste capital, para checarmos que tipo de plano de aplicação se adapta melhor à especificidade da sociedade Sateré, qual beneficia um número maior de pessoas, e como os Sateré estão pensando as repercussões que este processo de luta política recente, com conseqüente manipulação de capital econômico, trouxe para sua sociedade.

Seguem anexos também os três segundos planos de aplicação: o assinado por Raimundo Ferreira da Silva e o assinado por Roberto Ferreira Trindade já foram identificados anteriormente, e o terceiro assinado por Aristides Michiles pertence também à tendência "pelega", só que do rio Marau.

A seguir contaremos dois fatos para ilustrar as dificuldades desencadeadas pela FUNAI quando os índios têm seus próprios recursos. Quando os Sateré sacaram pela primeira vez os juros, no primeiro plano de aplicação em 12/84, o Delegado da FUNAI roubou 5 milhões, durante a operação. Quando em 4/85 eles sacaram novamente os juros, já no segundo plano de aplicação, não só os chefes de posto se mobilizaram na tentativa de solapar os acordos que estávamos fazendo para concluir os três planos de aplicação das duas "tendências" Sateré, como a inoperância da Delegacia de Manaus retardou a retirada do dinheiro.

Caberia agora fazer uma análise dos planos de aplicação de 12/84 e 3/85, no entanto, apesar de já termos inúmeros indícios do que realmente foi realizado na área Sateré à partir destas diferentes propostas, e do número de aldeias que elas beneficiaram, nos parece premeditado concluir seus rendimentos nes





rua fidalga, 548 · sala 13
05432 · são paulo · brasil

te momento.

A maneira de ser dos Saterê nos indica, não que eles careçam de tempo para assimilar sua história recente, mas que n^os alarguemos nosso tempo, para podermos compreender como ela se emiscue dentro de sua sociedade.



- concluído o primeiro semestre de 1984, os guaranzais das aldeias: Manga, Urubu, Vista Alegre, Aldeia Nova, Nazaré e Campo do Miriti e os sítios de família extensa que trabalharam com a Cantina do Manga, foram totalmente limpos (capinados) através deste sistema de retirar rancho da Cantina para sustentar os "puchirum";
- tornou-se a vender farinha e artesanato para reposição de mercadorias na Cantina. Em agosto de 84 foram vendidos 50 alqueires de farinha, só da Aldeia Manga, e o dinheiro apurado reverteu na compra de munição para a Cantina;
- os Sateré fizeram nova retirada de rancho para sustentar o "fabrico" do guaraná que se inicia em novembro;
- em dezembro de 84 os Sateré sacaram pela primeira vez os juros da indenização paga pela Elf, e fizeram uma grande compra de mercadorias para a Cantina, para manterem o resto do período do "fabrico" do guaraná. Nesta etapa o CTI deixou de financiar as compras da Cantina, mas continuou acompanhando suas atividades.

